

VOZES em defesa da fé

CADERNO

46

**“Lembra-te
do Sábado...
Santifica-o !”**



EDITORA VOZES LTDA.



O domingo ... é um dia santo -ou apenas um feriado?

Temos o dever de honrar e cultivar a Deus num dia particular da semana?

Ou será que Deus deixou isso a nós, como assunto de escolha e conveniência pessoal?

O procedimento de milhões de pessoas... inclusive muitas que se dizem cristãs... indica não somente uma larga indiferença sobre esta questão, como também uma espantosa confusão quanto ao que se entende por obediência à lei de Deus.

Muitos parecem considerar o ir à Igreja aos domingos como "uma bonita coisa a fazer", mas não absolutamente necessária. Muitos dêsses sustentarão que é suficiente no Dia do Senhor êles se absterem dos seus labores normais. A Bíblia, podem êles argumentar, não diz que se deve ir à igreja para render culto a Deus.

Há também larga confusão no tocante aos tipos de prazer e entretenimento que podem ser gozados no Dia do Senhor. Recreação que uma seita cristã chama sadia e permissível será denunciada por outra seita como pecaminosa e violadora da lei de Deus.

Na realidade, uma seita que se



diz cristã insiste em que os católicos, e a grande maioria das outras igrejas cristãs, estão todos errados em observar o Domingo como o Dia do Senhor. Ela aponta para o mandato do Antigo Testamento: "Lembra-te do Sábado, para santificá-lo", e argumenta que o dia próprio para prestar honra especial a Deus é o sábado, ou o Sabbath da Lei antiga.

Do mesmo modo ela argumenta que a Igreja Católica riscou arbitrariamente o Sábado, ou último dia da semana, e que outras seitas cristãs a seguiram cegamente. Ela desdenha completamente os registros inteiramente exatos da história cristã, nos quais serão achadas não somente as razões por que desde o tempo dos Apóstolos os cristãos têm observado o Dia do Senhor, mas também a maneira como os primeiros cristãos se comportavam nesse dia pôsto à parte por Deus.

Desde o começo do Cristianismo, a Igreja Católica exigiu que seu povo assistisse à Santa Missa no Dia do Senhor sob pena de pecado grave. Muitos cristãos sustentarão que isso é uma invenção da Igreja e não é exigi-

do na Bíblia. Os fatos relatados em páginas subseqüentes dêste folheto serão, assim pensamos, esclarecedores para aquêles que o lerem cuidadosamente com ânimo aberto e coração sincero.

Poucas seitas cristãs, se as houver, estão de completo acôrdo quanto ao que constitui a conveniente observância do Dia do Senhor. Passatempos que uma condena como pecaminosos são tolerados por outra. O trabalho que uma permite como necessário é proibido por outra como sendo uma violação da lei divina. E a Igreja Católica praticamente fica sôzinha na estrita exigência de assistir ao culto no Dia do Senhor.

Com tôda essa confusão, é difícil, para a média das pessoas, mesmo bem-intencionadas, com-

preender claramente o que êle ou ela deveria ou não deveria fazer para cumprir a lei concernente ao Dia do Senhor. Entretanto, para cada indivíduo é importante procurar essa conveniente compreensão. Isto só é possível dando-se cada um o trabalho de estudar o ensino do próprio Cristo, a história e as práticas da Igreja desde o princípio, e os escritos dos Apóstolos. Propiciar êste conhecimento é a finalidade dêstes capítulos, que recomendamos a todos os que sinceramente procuram a verdade, mesmo se não desejam abraçar a Fé católica.

"Oh! derrama a tua luz e a tua verdade; guiem-me elas; levem-me ao teu monte santo e aos teus tabernáculos" (Sl 42, 3).

COMO FOI QUE COMEÇOU A OBSERVÂNCIA DO SÁBADO?

A origem do Sábado (Sabbath) perde-se no crepúsculo da história. Parece certo que era essa uma prática conhecida no tempo em que foram dados os Dez Mandamentos no Monte Sinai. A palavra *lembra-te*, que introduz o mandamento sabático, refere-se ao passado. Moisés estava apelando para um velho costume praticado pelos antepassados dos hebreus.

Babilônia tinha os seus dias sagrados, um cada semana, em alguns senão em todos os meses do ano. Instituições similares existiam entre os povos primitivos. Vestígios delas são achados no Egito, em Bornéu, no Hawaii e em Babilônia.

Contudo, não é provável que os hebreus derivassem o seu costume de qualquer dessas terras. É provável que a prática tenha vindo de tribos árabes nômades. Lembre-se de que Abraão, o ancestral dos Israelitas, era um pastor nômade. Como pastores e nômades, eles provavelmente teriam pensado muito na lua, visto que viajavam durante a noite para evitar o calor do sol do deserto.



Uma lua nova cada vinte e oito dias assinalava os meses. O livro do Gênesis consigna isto como uma das funções das luminárias celestes: "E Deus disse: Haja luzeiros no firmamento do céu para separar o dia da noite; e sirvam de sinais a estações, dias e anos" (Gn 1, 14).

As quatro fases da lua sugerem naturalmente a divisão do mês lunar de vinte e oito dias em quatro divisões iguais. Aqui temos a divisão do tempo em semanas. A Bíblia fornece ampla evidência de que a Lua Nova era uma festa para os hebreus: "No comêço dos vossos meses (i. é, na Lua Nova), tocareis as trombetas sobre os vossos holocaustos" (Nm 10, 10).

Sem dúvida, é bem sabido que muitas nações pagãs da antiguidade consideravam o sol e a lua como deuses e os adoravam. Os pastores árabes também caíram nesta superstição; mas, na história de Abraão, e também na dos Israelitas, não há vestígio de quaisquer noções pagãs desta natureza. Até depois do cativo babilônico sempre houve alguns

apóstatas que caíam em idolatria de uma espécie ou de outra, porém os mestres oficiais dos Israelitas, Moisés e os Profetas, e o ensino oficial, claramente indicam que o sol, a lua e outros luzeiros celestes são criaturas de Deus, produtos da onipotência divina, e não deuses. A religião israelita oficial nunca admitiu nenhuma base de superstição como essa.

Nobilitaram o rito

E assim os Israelitas e Moisés, o seu guia espiritual, adotaram a prática de celebrar as festas da Lua Nova e o sétimo dia de cada semana, como dias sagrados. Não era para prestar homenagem à lua, mas sim para consagrar o começo de cada mês ao seu Criador e Senhor, tal como consagravam a Deus os primeiros frutos e os seus filhos primogênitos. Eles purificaram e enobreceram o rito, e fizeram-no um dos meios mais eficazes e admiráveis de manter a fé em Deus e a prática da pura religião.

A ninguém surpreenderia que Moisés tenha incorporado na sua lei muitas práticas dos Israelitas previamente existentes. Algumas destas estavam nas leis vigentes em Babilônia, país nativo de Abraão; algumas foram desenvolvidas no correr do tempo à medida que surgia a necessidade de novas leis anteriores ao Sinai; algumas foram reveladas diretamente por Deus, e outras foram formuladas por Moisés. Todo esse processo estêve, por certo, sob a guia divina. Deus não haveria de

permitir a Moisés introduzir na revelação do Monte Sinai qualquer lei, ou sancionar qualquer prática, que favorecesse a imoralidade ou a idolatria pagãs.

Nem se poderia esperar que o povo abandonasse todos os seus antigos costumes, hábitos, regras e práticas, e da noite para o dia adotasse novo modo de vida. A mudança seria demasiado drástica e por demais súbita, porque a natureza humana não pode ser transformada assim em algumas horas. Portanto, Moisés incorporou à sua legislação leis e práticas anteriormente reconhecidas. Mas purificou-as de tudo o que cheirasse idolatria ou imoralidade pagã. Entre essas leis estavam, indubitavelmente, os Dez Mandamentos. Com exceção da especificação do Sábado, eles fazem parte da lei natural. A razão humana poderia chegar a êles, e o havia feito; mas, depois que Deus falou a Moisés no Monte Sinai, êles tiveram a apoiá-los a autoridade infalível do próprio Deus.

A lei natural

A lei natural é aquela que o senso comum dita a toda pessoa pensante. É essa lei que é necessária pela própria natureza das coisas se um grupo social tem de viver junto harmônicamente. E, como essa lei está na própria natureza das coisas e é ditada pelo senso comum, S. Paulo nos diz que ela era conhecida dos Gentios mesmo à parte da revelação no Monte Sinai. "Êstes, não tendo a lei, são uma lei para si

mesmos: os quais mostram a obra da lei escrita nos seus corações" (Rom 2, 14-15).

A especificação do sétimo dia da semana como o dia a ser dedicado ao culto divino não faz parte dessa lei. Naturalmente, ditame do senso comum é que toda criatura deve reconhecer o seu Criador por atos apropriados de culto de vez em quando, mas a própria razão não dita que um dia em cada sete deveria ser pôsto de parte para êsse culto. Nem indica que êsse dia deveria ser o sétimo da semana, ao qual os hebreus chamavam Sábado (Sabbath). Isto é coisa que deve ser determinada pelo legislador. Não está na natureza das coisas.

Quantas vezes e em que dia específico deveríamos render homenagem ao Criador, isto é matéria que a lei natural deixa indeterminada. Do mesmo modo, a lei natural não determina precisamente como devemos adorar o nosso Criador. Estas matérias, a Deus deve ser deixado determiná-las, e elas pertencem a isso que é chamado a lei cerimonial ou ritual.

A lei cerimonial

A lei natural permanece inalterada enquanto as naturezas que ela rege permanecem as mesmas. Consequentemente, se os seres humanos permanecem basicamente os mesmos, a lei natural não está sujeita a mudança. Roubo, homicídio, mentira, adultério, desrespeito à autoridade paterna e a outras autoridades são desagregadores da sociedade. Nenhum

grupo de pessoas pode viver junto harmoniosamente e com êxito se não houver respeito pela propriedade alheia, pela verdade, pela vida, pela autoridade e pela permanência do vínculo conjugal. Portanto, estas coisas estarão sempre contidas na lei moral. Do mesmo modo, a razão ou a lei natural dita que a criatura deve reconhecer o seu Criador por adequados atos de culto.

Sujeito a mudança

Inteiramente diferente é, porém, o que se passa com as leis cerimoniais. Não há na natureza das coisas nada que exija que o sétimo dia seja pôsto de parte para repouso e culto, de preferência ao primeiro, terceiro ou quinto dia. O dia designado por Deus para a Antiga Aliança está sujeito a mudança para a Nova Aliança. Porém a mudança deve ser feita pela autoridade competente. Todavia, é necessário que haja concordância entre o povo quanto ao dia de descanso. Se cada indivíduo ou grupo de indivíduos devesse escolher o seu próprio dia de descanso e de culto, haveria grande confusão nas relações comerciais e profissionais do povo. Deus determinou o dia para os Israelitas da Antiga Aliança.

"Lembra-te de santificar o dia de sábado. Seis dias trabalharás, e farás todas as tuas obras. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; nele não farás obra nenhuma, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem teu servo, nem tua serva, nem teu

jumento, nem o peregrino que estiver dentro de tuas portas. Porque em seis dias fêz o Senhor o céu e a terra, o mar e tudo o que nêles está, e descansou no sétimo dia; por isso abençoou o Senhor o dia de sábado, e santificou-o" (Êx 20, 8-11).

Os Dez Mandamentos são repetidos no Deuteronomio (5, 6-21) com algumas variações. Neste último lugar outro motivo é dado para o dia de descanso: "Lembra-te de que foste escravo no Egito".

Razões para o dia de descanso

Várias razões são dadas no Antigo Testamento para êsse periódico dia de descanso. A primeira, achada em Êxodo 23, 12, é para que tanto o homem como o animal "se recuperem", o que mostra um real e bondoso interesse pelo bem-estar do homem e do animal. Outra razão é que o Sábado é um dia santo, consagrado a Deus, e por esta razão todas as diligências e ocupações mundanas devem cessar. O profano e o sagrado não deviam ser misturados no Sábado.

Como era que o dia devia ser consagrado a Deus, isto é indicado noutra legislação. O Levítico 23, 3, fala de uma "santa convocação", onde deve haver reuniões de povo para adorar a Deus. Proeminente entre os ritos a serem observados nessa santa convocação é o oferecimento de sacrifícios especiais. O sacrifício é o ato mais alto do culto divino. O livro dos Números 28, 9-10, indica sacrifícios especiais a se-

rem oferecidos todo sábado em aditamento aos sacrifícios diários prescritos para o templo em Jerusalém. Ezequiel (45, 17) descreve os ritos que devem ser observados no templo no sábado quando a casa de culto tiver sido reconstruída após o regresso do cativo.

Outro motivo para o sábado, conforme estabelecido no Deuteronomio (5, 15), é que êsse dia será um lembrete semanal, para o povo, da grande bondade de Deus em libertá-lo da sujeição egípcia e em fazer dêle o seu povo escolhido. Assim o povo sempre guardaria em mente a grande dívida de gratidão contraída para com seu Deus misericordioso.

Ainda outro motivo é dado no Êxodo 20, 11. O sábado era para honrar a conclusão da obra da criação por Deus. O autor do sugestivo relato da Criação no Gênesis (1, 1-2, 4), designa as várias obras da Criação nos seis dias da semana num quadro ideal (não num quadro real). Não se deve pensar que Deus criou os seres exatamente na ordem dada no Gênesis. Nem se deve pensar que Deus obrou por dias de vinte e quatro horas. Deus opera pelo exercício da sua vontade. "Ele disse: Haja luz, e houve luz". Instantaneamente, apenas ele quer uma coisa, em razão da sua onipotência, tudo aquilo que ele quer surge para a existência no momento em que ele o quer. Conforme o salmista o diz: "Ele falou e foi feito; mandou, e foi criado" (Sl 33, 9).

Atos criadores

A palavra "dia" na descrição da Criação representa, pois, um ato criador de Deus. Visto o homem trabalhar de dia, o autor dêsse relato concebeu Deus como trabalhando de dia. Os seis dias fazem as vêzes de seis sucessivos atos criadores do Onipotente, e não períodos de tempo. Eles foram diferenciados pelas diferentes coisas resultantes dêsses atos.

Deus é incessantemente ativo. Não há descanso sabático para êle. Jesus disse: "O Pai trabalha até agora, e eu trabalho". Deus não descansa, no sábado, da sua ordenação providencial do mundo. Sempre conserva em ser tôda a sua criação, e, como Deus, como a Causa Primária, trabalha com os corpos celestiais e com as forças da natureza, com o curso dos rios, com o nascimento e crescimento das plantas, dos animais e dos homens, e com tudo o mais que êle criou. Assim Deus não guarda o sábado; nem o faz seu Filho, Jesus. A afirmação de Nosso Senhor aqui é a contrapartida da sua afirmação nos Evangelhos: "Eu sou o Senhor do sábado".

A Criação e o Sábado

Por haver o autor do Gênese descrito a atividade criadora de Deus em termos de dias, foi conveniente que o último dia da semana fôsse pôsto à parte pelas criaturas de Deus para honra-rem o seu Criador. Outros povos consideravam como deuses vários corpos celestes, como sol, lua,

estrêlas, e outras criaturas de Deus tais como rios, peixes e assim por diante. O escritor sagrado quis ensinar aos Israelitas que, longe de serem deuses, todos êsses fenômenos naturais são obra das mãos do único Deus verdadeiro, grande e onipotente, o Senhor Deus Javé, que benêvolamente se fêz conhecido ao seu povo escolhido.

Assim o Sábado serviria convenientemente como um dia em que rememorar a onipotência de Deus e a sua bondade conforme mostrada no universo criado, como um dia em que adorá-lo pelo seu poder e majestade, e agradecer-lhe a sua bondade a amável benevolência.

Outra razão para a observância do sábado indicada na Bíblia é que essa observância distinguiria o povo escolhido de Deus do resto da humanidade. "Fala aos filhos de Israel, dizendo-lhes: Vêde que guardeis o meu sábado: pois êle é um sinal entre mim e vós através das vossas gerações; para que saibais que eu sou o Senhor que vos santifica" (Êx 31, 13). Ezequiel repetiu o mesmo pensamento: "Deilhes os meus sábados para que fôsem um sinal entre mim e êles, e êles soubessem que eu sou o Senhor que os santifica" (Ez 20, 12).

A circuncisão era um sinal que punha os Israelitas à parte como povo escolhido de Deus: "E circuncidareis a carne do vosso prepúcio, para que seja um sinal da aliança entre mim e vós" (Gn 17, 11). Do mesmo

modo, a observância semanal do sabbado era para proclamar ao mundo que os Israelitas eram o povo escolhido de Deus, obrigado e dedicado por um pacto solene à exclusiva adoração e serviço de Deus.

Um dia de descanso

O próprio mandamento proíbe no sabbado o trabalho em geral. As outras leis entram mais na minúcia e especificam uma ou outra espécie de trabalho como incidindo na proibição geral. Era proibido cozinhar ou preparar comida no sabbado (Êx 16, 23); acender fogo (Êx 35, 3); apagar lenha (Nm 15, 32); carregar fardos (Jer 17, 21); pisar o lagar de vinho, fazer feixes, pôr carga a burros, ou fazer transações de negócio até mesmo com não-Israelitas (Ne 13, 15-21). Mesmo em tempo de penúria, quando o trabalho era pesado e urgente, era proibido colher as espigas (Êx 34, 21).

A penalidade pela violação do repouso sabático é evidente pela ordem de Moisés para apedrejar de morte alguém que houvesse colhido lenha no sabbado (Nm 15, 35). A legislação para esse fim é estabelecida em Êxodo 31, 14: "Guardai, pois, o meu sabbado; pois ele é santo para vós; todo aquele que o profanar será morto".

Importância do sabbado

A lei do sabbado era, portanto, muito estrita, e reforçada pela mais severa penalidade. Essa penalidade indica a importância li-

gada ao sabbado pelo legislador divinamente iluminado, Moisés. O repouso físico é uma necessidade indispensável para todo homem e todo animal; a lei provê a este repouso.

Os homens também precisam ser lembrados, a intervalos regulares, das verdades invisíveis, e dos grandes benefícios que no passado lhes foram conferidos pelo Todo-Poderoso. Assim, para manter o homem lembrado do seu Criador e dos benefícios da Criação e da Redenção, um dia em cada sete dias foi pôsto de parte para recordar ao povo e manter fresco na sua mente o seu grande, mas invisível, Benfeitor, Deus Onipotente, e para propiciar lazer para o louvor e culto a êle devido. O repouso sabático também refrescaria a memória do povo no tocante à sua libertação do cativo egípcio, como Deus os escolhera e como lhes fizera esplêndidas promessas no caso de êles respeitarem as condições do Pacto do Sinai.

Milhões de pessoas nunca assistem a qualquer serviço religioso no domingo. Para tais pessoas, esse dia é simplesmente um dia de folga e de diversão. É certo que grande percentagem das pessoas que não frequentam igreja dificilmente se lembram de Deus. O seu Criador, do qual elas dependem para tudo o que têm e possuem, é ignorado. Tal não sucederia se cada uma santificasse o Dia do Senhor ao menos pondo de lado uma hora ou tanto para reconhecer o Senhor na oração de louvor e de peti-

ção e de pesar pelo pecado, e para evocar à sua memória os benefícios da Criação e da Redenção, e a promessa de vida eterna para os que conhecem, amam e procuram servir durante a vida o seu Criador e Senhor. De acordo com isto, o dia semanal de adoração e oração é uma instituição admirável para manter a fé e a religião.

Sábado «um deleite»

O profeta Isaías (Is 58, 13) achava que o sábado é "um deleite". Os Israelitas sempre procuraram compreender este conceito do sábado, e faziam tudo o que estava dentro dos limites da lei para torná-lo uma ocasião festiva. Os doutores da lei prescreviam que deveria haver três refeições, tão suntuosas como os recursos da família o permitissem, embora a comida devesse ser preparada de véspera. A melhor roupa era usada, e, em aditamento aos exercícios religiosos, o dia era passado em conversação, leitura, canto e visitação. O sábado era um dia de folga e recreação social, um feriado tanto como um dia santo.

No período primitivo da história israelita, o sábado também era um dia para visitar até mesmo aqueles que moravam a alguma distância. E' óbvia a razão disso. O sábado era um dia livre para o homem e para o animal. Ambos estavam, pois, livres da faina regular de plantar e colher, e tinham lazer para uma excursão. Isto é indicado em 2 Rs 4, 28.

O castigo divino que os Israelitas sofreram nas mãos dos babilônios convenceu-os de que os seus infortúnios eram devidos à negligência da lei de Deus. Consequentemente eles começaram a se tornar mais estritos na sua observância da lei, e especialmente do sábado.

Estudo da Lei

Surgiu ali um grupo de homens especialmente dedicados ao estudo e interpretação da lei. Eles gradualmente desenvolveram um corpo docente que regulou muitas aplicações da lei sabática a casos específicos. Por exemplo, determinaram que escrever duas letras do alfabeto de modo que pudessem ser lidas juntas seria uma violação da lei. Mas, se fossem escritas em duas páginas diferentes ou em duas paredes diferentes de modo que não pudessem ser lidas juntas, então o escritor escaparia ao pecado. A proibição de ceifar no sábado era infringida se uma pessoa colhia duas espigas de trigo. Colhêr uma era permissível. Era considerado violação do sábado colhêr fruto, arrancar uma flôr ou cortar um galho. Atar ou desatar o camelo de um guia ou o nó de um barqueiro era ilegal, a não ser que pudesse ser feito com uma só mão. Foi suscitada mesmo a questão de se seria permissível comer um ovo que a galinha houvesse pôsto no sábado!

Não curar no sábado

Só era permissível administrar remédio ou cuidar de outra for-

ma dos doentes no sábadó quando o paciente estava em perigo de morte. Se um animal caía num poço no sábadó, legalmente podia ser alimentado, mas não podia ser tirado, a menos que estivesse ameaçado de morte. Similarmente, era permitido levar um animal a beber, mas era proibido levar água a um animal no sábadó.

Vários costumes

Tudo o que era requerido para promover o culto público no templo era permitido no sábadó, como também a circuncisão de um menino, quando o oitavo dia do seu nascimento caía no sábadó.

Havia, entretanto, alguns illustres mestres judeus que tinham uma visão muito larga do repouso sabático. Por exemplo, o Rabi Hillel era conhecido pela sua interpretação e aplicação benigna e liberal da lei.

A despeito dessas noções exageradas sobre a proibição do trabalho no sábadó, a instituição era um excelente característico da Lei de Moisés, e provou a sua utilidade por séculos como um meio eficiente de fomentar a religião e de manter vivas e florescentes a verdadeira piedade e a fé em Deus. O abuso ou a severidade exagerada na aplicação de uma lei não suprime a sabedoria da própria lei.

Cristo observou o sábado?

S. Paulo nos diz que Deus "enviou seu Filho, feito da mulher, feito sob a lei" (Gál 4, 4). Isto quer dizer que Jesus foi ou, antes, escolheu ser sujeito à lei de Moisés, embora fôsse e ficasse sendo para sempre superior a toda lei. Contudo, por ter escolhido nascer judeu, êle livremente escolheu submeter-se à lei judaica. Por esta razão foi circuncidado ao oitavo dia, apresentado no templo e "resgatado" no quadragésimo dia depois do seu nascimento, fêz as peregrinações regulares ao templo, freqüentou os exercícios do sábado na sinagoga, e assim por diante. Pagou mesmo a taxa do templo, embora, como êle claramente afirmou, não tivesse obrigação de fazê-lo. Pagou-a para não melindrar os judeus (Mt 17, 24-27).

Além disto, Cristo declarou expressamente a sua atitude para com a lei de Moisés nas seguintes palavras: "Não julgueis que eu vim derogar a lei ou os profetas: não vim derogá-la, mas confirmá-la. Pois em verdade vos digo, os céus e a terra passarão, mas um jota ou um til da lei não passarão até que



tudo se cumpra" (Mt 5, 17-18).

Esta passagem requer explicação. Cristo tinha em mente o Antigo Testamento inteiro, aqui designado, em razão das suas principais divisões judaicas, como "a Lei e os Profetas". O Antigo Testamento continha a profecia; continha um código moral e um código cerimonial ou ritual. Cristo realizou a parte profética do Antigo Testamento, ponto êste que S. Mateus constantemente acentua. O código moral era imperfeito; Cristo levou-o à perfeição. A parte serimonial da lei, que prescrevia a circuncisão, abluções e assim por diante, e que proibia certas comidas como não limpas, ou contaminadas, era uma prefiguração de coisas futuras mais perfeitas. Cristo substituiu os tipos e as sombras pelas realidades que elas prognosticavam.

Quando a profecia é cumprida, deixa de ser profecia. Mas nem uma só profecia, mesmo no mais leve detalhe, passou ou passará enquanto não foi ou não fôr perfeitamente realizada. Quando a realidade substitui a sombra, a finalidade da sombra, de predizer

e proclamar a aproximação da realidade, foi cumprida; a sombra exonerou-se da sua utilidade, e então chega ao fim. Quanto à lei moral, contida principalmente nos Dez Mandamentos, esta foi aperfeiçoada por Cristo, como redundava claro de vários pontos que Ele tomou em detalhe no Sermão da Montanha. Ele esclareceu-a, estendeu-a, alargou-a e aprofundou a sua aplicação, ou, como no caso do divórcio, revogou-a completamente.

Nenhum jota ou til

Assim, nenhum jota, isto é, nem o mais pequeno detalhe da lei mosaica passou enquanto não foi cumprido. Ele foi aperfeiçoado e substituiu o imperfeito; se profético, foi realizado. Se era um tipo, foi substituído pela realidade de que Ele prefigurava. Por isto, assim como a sombra fica de algum modo na realidade, e assim como a profecia é achada no seu cumprimento, e o preceito moral menos perfeito está contido na sua explicação mais completa, assim também a Lei de Moisés permanece na lei cristã.

Mas, em outro sentido, a Lei Antiga deixa de existir. Este é o ensino de S. Paulo. Ele inequivocamente exprime isto nas seguintes palavras: "Mas a Escritura encerrou tudo sob o pecado, para que a promessa fôsse dada aos crentes pela fé em Jesus Cristo. Mas, antes de vir a fé, éramos mantidos sob a guarda da lei, à espera da fé que deveria ser revelada. Portanto a lei foi o nosso pedagogo para

nos levar a Cristo, a fim de sermos justificados pela fé. Mas, depois que essa fé veio, já não estamos sob um pedagogo" (Gál 3, 22-25).

A lei é aqui descrita como um pedagogo. Literalmente isso significa o aio de uma criança. Designa o escravo que era encarregado do cuidado físico da criança desde a idade de seis até aos dezesseis anos. Entre as suas outras funções Ele devia levar a criança ao mestre-escola. E tal é a idéia que S. Paulo pretendeu expressar aqui. Cristo é o mestre, a lei de Moisés era o escravo cujo dever era velar pelo povo de Deus e pouco a pouco levá-lo aos pés do Mestre. Quando a lei havia cumprido esse dever, cessou de existir; a sua obra estava feita, a sua utilidade findara.

S. Paulo diz isso nestas palavras: "Depois que a fé veio, já não estamos sob um pedagogo". A palavra pedagogo aqui é outro modo de dizer a lei mosaica. Por outras palavras, a lei de Moisés cede o lugar à lei de Cristo.

«A nossa paz»

"Cristo é o fim da lei" (Rom 10, 4), diz S. Paulo noutra lugar. Sanday e Headlam, no "International Critical Commentary", (Comentário Crítico Internacional), Romanos, p. 284, assim parafraseiam essas palavras: "A lei, como método e princípio de justiça, foi abolida em Cristo. Cristo é o fim da lei como a morte é o fim da vida".

S. Paulo diz isto aos Efésios (2, 14-15): "Ele (Jesus Cristo) é a nossa paz, que fêz dos dois povos um, e, derrubando o muro de separação entre nós, aboliu em sua carne a inimizade e anulou a lei de mandamentos contida em decretos...". E aos Colossenses escreveu (Col 2, 13-14): "E vós, quando estáveis mortos nos vossos delitos e na incircuncisão da vossa carne, êle vos fêz reviver consigo, perdoando todos os vossos delitos; e, riscando o quirógrafo do decreto que existia contra nós, tirou-o do meio, pregando-o à cruz".

Esta revogação da lei de Moisés incluía o sábado: "Ninguém, pois, vos julgue pela comida ou pela bebida, nem em matéria de festa, ou de lua nova ou de sábado. Tudo isto não é senão sombra do futuro, cujo corpo é Cristo" (Col 2, 16-17).

Coisa do passado

Claramente, pois, a lei de Moisés como tal foi ab-rogada por Cristo, segundo o ensino do seu intérprete divinamente dirigido, o apóstolo S. Paulo. Com êste ensino o resto dos apóstolos concordou. A Pedro fôra concedida uma visão especial na qual lhe foi feito conhecer que a lei de Moisés não mais obrigava, e esta visão foi solenemente ratificada por todos os apóstolos no Concílio de Jerusalém: "Por que tentais a Deus, pondo no pescoço dos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós pudemos suportar?" (At 15, 10). O jugo de que êle falava era a lei de Moisés.

Todavia, não se deve pensar que a lei moral, contida na lei de Moisés, tenha perdido a sua força obrigatória. "O elemento moral da lei é definitivamente sancionado por Cristo; mas êle já não é mais a lei de Moisés, é a lei de Cristo, e de Cristo recebe a sua força obrigatória" (Prat, *Jesus Christ*, vol. 1, p. 266). A parte da lei sabática que nos obriga a reconhecer Deus e pôr de lado algum tempo para o seu culto é parte da lei moral, mas a parte que especifica o sábado como o dia do Senhor é parte da lei cerimonial, que já não obriga mais. Porém o dever de reconhecer o Criador por atos apropriados de culto é inalterável, por estar na própria natureza das coisas.

A circuncisão e quejandas ob servâncias rituais, inclusive a ob servância do sábado como o di a ser especialmente "santificada para o Senhor", são coisas do passado. Insistir em voltar ao sábado do Antigo Testamento e torná-lo obrigatório para os cristãos seria expor-se à embaraçosa pergunta de S. Paulo: "Mas agora que conhecestes a Deus, antes, que sois conhecidos por Deus, como volverdes novamente aos elementos, fracos e pobres, aos quais quereis de novo sujeitar-vos?" (Gál 4, 9). Fazer isto seria, na linguagem de S. Paulo, rejeitar a graça de Deus: "Não rejeito a graça de Deus: porque, se a justiça vem pela lei, então Cristo morreu em vão" (Gál 2, 21).

As ações de Nosso Senhor indicam o que êle quis dizer quan-

do disse que tinha vindo para cumprir a lei de Moisés. Frequentemente êle entrava em conflito com os judeus doutores da lei a respeito do sábado. Ele não queria participar da interpretação estreita, rigorista, do repouso sabático. Por exemplo, um dia, quando êle e seus apóstolos passavam por um campo de grão maduro, êstes começaram a colher algumas espigas, a esfregá-las entre as mãos e a comê-las. Os Fariseus consideravam isso uma violação da lei sabática.

Não houve questão sobre a legalidade de êles se servirem do grão de outro homem. A lei (Dt 23, 25) permitia a um passante arrancar algumas espigas de grão com a mão. Mas os Fariseus consideravam isso como colher aquilo que era proibido colher no sábado. Nosso Senhor poderia ter arguido que arrancar um punhado de grão de modo algum podia ser equiparado a colher no sentido pretendido pela lei, mas apelou de preferência para a lei natural. Esta permite a satisfação da fome mesmo por meios que, noutros casos, são proibidos.

Jesus recordou como David e o seu grupo tomaram o pão de proposição e o comeram com violação da lei. Legalmente, só os sacerdotes podiam comer desse pão. Os pães de proposição eram doze pães conservados diante da arca como símbolo das doze tribos de Israel. Pães frescos eram amassados cada semana, e os velhos deviam ser comidos pelos sacerdotes.

Depois o Mestre assentou o princípio de que "o sábado foi feito para o homem, e não o homem para o sábado". Quer isto dizer que o sábado não é um fim em si mesmo, senão meio para um fim. O homem e as suas necessidades essenciais têm precedência sobre essa lei ritual. Quando, pois, há um conflito entre o repouso sabático e as necessidades do homem, e ambos não podem ser satisfeitos, é dada preferência à lei natural, que reclama alimento para sustentar o homem. Assim David e seus soldados em marcha, não tendo outra comida disponível, comeram o pão de proposição, que ordinariamente só aos sacerdotes era permitido comer (Mt 2, 23-28).

Senhor do Sábado

Depois Jesus fez a declaração mais significativa: "O Filho do Homem é Senhor até mesmo do sábado" (Mc 2, 28). Isto implica muito mais do que aparece na superfície. A lei do sábado foi dada por Deus por intermédio de Moisés. Quando o Senhor diz que êle é o Senhor do sábado, quer dizer que é superior à lei. Êle só pode ser superior à lei que o próprio Deus promulgou se é igual a Deus. Jesus reivindicou justamente isto. E, conformemente, êle tem plena autoridade para interpretar a sua própria lei, para modificá-la, para aplicá-la ou suspendê-la e para abrogá-la, se assim preferir fazer.

Outra declaração do Mestre, rica em sentido, é: "Eu quero misericórdia, e não sacrifício"

(Mt 12, 7). Aqui ele não condena o ritual como tal, mas apenas o põe no seu verdadeiro lugar. Deve ele tomar o segundo lugar sempre que colida com as exigências da caridade, do amor a Deus e ao próximo. A observância do sábado como dia de repouso e de culto é matéria de ritual.

Há vários relatos de curas efetuadas por Jesus no sábado. Em cada caso os Fariseus faziam objeção às ações dele, porque eram praticadas no sábado. Lembre-se de que, consoante a interpretação prevalente naquele tempo, era considerado violação do repouso sabático curar uma pessoa doente no sábado, a menos que o paciente estivesse em perigo de morte. Nosso Senhor curou um homem de mão seca no sábado. Quando os doutores da lei objetaram contra isso, ele lhes disse que eles permitiriam a um homem retirar no sábado um animal do poço em que caíra; por que então haveriam de objetar a assistir um doente no dia de sábado? Mostrou a incoerência deles (Mt 12, 9-14).

Em outro sábado, estava na sinagoga uma mulher quase dobrada em dois por curvatura da espinha. Apenas pousando a mão sobre ela Jesus instantaneamente curou-a, e ela ficou erecta pela primeira vez em dezoito anos. Glorificou a Deus pela sua cura maravilhosa, mas o chefe da sinagoga fez objeção ao fato de haver sido aquilo efetuado no sábado. Jesus apelou para o senso comum, e traçou um paralelo

entre o que ele acabava de fazer e o que os mais estritos doutores da lei permitiriam no sábado.

Permitiriam a um homem desamarrar a sua vaca ou o seu burro no sábado e levá-los ao bebedouro, contanto que o desamarrar pudesse ser feito com uma só mão. Com isto em mente, o Mestre disse: "Hipócritas, cada um de vós no sábado não solta seu boi ou seu burro da manjedoura e não os leva a beber? E então esta filha de Abraão, a qual Satanás atou já há dezoito anos, não deve ser solta dessa amarra no dia de sábado?" (Lc 13, 10-17).

O homem cego

Num outro sábado, Jesus restituiu a vista a um cego de nascença. Os Fariseus culpavam ao Senhor por isso, mas não ousaram debater a matéria com ele. Sobejas vêzes a lógica dele havia-os superado. Por isto, promoveram um profundo inquérito, interrogando o ex-cego e seus pais.

O homem, que pela primeira vez na sua vida estava gozando a alegria de ver, parece ter tido também clara visão mental. Por que, quando os fariseus tacharam Jesus de pecador, o homem curado replicou com vigorosa lógica: "Pois isto mesmo é que é admirável, que não saibais de onde ele (Jesus) é, e, no entanto, ele me abriu os olhos. Ora, nós sabemos que Deus não ouve os pecadores; mas, se alguém rende culto a Deus e faz a sua vontade, a este Deus atende. Desde

que há mundo, nunca se ouviu dizer que alguém abrisse os olhos de um cego de nascença. Se esse homem não fôsse de Deus, não poderia fazer coisa alguma" (Jo 9, 1-33).

Por estes e outros exemplos pode-se ver como Jesus começou a transformar e a mudar a lei do sábado. A primeira mudança foi a respeito da proibição do trabalho. Da estrita e absolutamente literal compreensão do mandamento: "Não trabalharás", com a sua total desconsideração do bem-estar do homem, Nosso Senhor passa à interpretação de bom-senso, à inteligente explicação da lei. O sábado não é um fim em si mesmo. E' para benefício do homem. O homem não existe para o sábado, mas o sábado é que existe para o homem. Consequentemente, sempre que o bem-estar humano sofrer por causa da proibição de trabalho no sábado, a lei está automaticamente suspensa pela lei mais alta: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo".

Incidentemente, essa lei do amor do próximo é mera extensão da lei que nos obriga a amar a Deus, "o maior e o primeiro mandamento". E o segundo é semelhante a êle: "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mt 22, 39). Os homens são criados à imagem e semelhança de Deus, e é impossível alguém amar a Deus verdadeira e sinceramente se odeia seus irmãos que são feitos à imagem dêle. Com isto em mente, S. João escreve: "Se alguém diz: Amo a

Deus, e odeia seu irmão, é um mentiroso" (1 Jo 4, 20).

A letra da Lei

Em conformidade com isso, o amor do nosso próximo e o cuidado das suas necessidades têm precedência, na visão de Nosso Senhor, sobre a interpretação do repouso sabático segundo a estrita letra da lei.

Os profetas do Antigo Testamento predisseram uma nova aliança. A velha aliança cessaria de existir, e seria substituída pela aliança nova e mais perfeita. Esta era claramente a missão de Nosso Senhor. O profeta Jeremias predisse: "Eis que chegam os dias, diz o Senhor, em que eu farei uma nova aliança com a casa de Israel, e com a casa de Judá, não segundo a aliança que fiz com seus pais no dia em que os tomei pela mão para os tirar da terra do Egito; aliança que êles quebraram embora eu fôsse um espôso para com êles, diz o Senhor" (Jer 31, 31-32).

A Nova Aliança

Essa profecia foi cumprida por Nosso Senhor. Toda aliança é sancionada por um sacrifício. Nosso Senhor sancionou e inaugurou a nova aliança com o seu próprio sacrifício no Calvário. A última ceia devia ser repetida em memória dêsse sacrifício supremo. Na última ceia Nosso Senhor declarou expressamente que o cálice que êle dava aos apóstolos para beber era "o meu sangue da nova aliança" (Mt 26, 28).

Isto às vezes é traduzido como

"testamento", mas a palavra que diz isso tanto em hebraico (*berith*) como em grego (*diatheke*) indubitavelmente significa *aliança*, pacto, ao menos nesse contexto. A última revisão (protestante) do Nôvo Testamento (a Versão Modelo Revisada publicada em 1946) assim o traduz. De fato, as duas maiores divisões da Bíblia são a Antiga Aliança e a Nova Aliança. A primeira parte da Bíblia dá a história da Antiga Aliança; a segunda parte dá a história da Nova Aliança.

A segunda mudança foi a substituição, pelo nôvo sacrifício, o sacrifício do Calvário, dos sacrifícios de animais que a lei antiga ordenava para o sábado. Este sacrifício é rememorado na ceia do Senhor. Os católicos chamam a isso a Missa.

Fala S. Paulo

A epístola aos Hebreus diz da Antiga Aliança: "Dizendo-a uma nova aliança, êle tornou antiga a primeira. Ora, o que se torna antiquado e envelhece está prestes a se desvanecer" (Heb 8, 13). "Há verdadeiramente uma reprovação do mandamento precedente por causa da sua fraqueza e inutilidade" (Heb 7, 18). "Agora a êle (Jesus) coube um ministério tanto mais excelente, quanto êle é mediador de uma aliança melhor, que foi estabelecida sobre melhores promessas. Porquanto, se aquela primeira não tivesse defeito, não deveria haver razão para se procurar a segunda" (Heb 8, 6-7). "Porque a lei (de Moisés) não fêz nada perfeito"

(Heb 7, 19). A antiga Aliança tinha só sacrifícios "que nunca podem tirar os pecados" (Heb 10, 11).

Por causa da imperfeição da Antiga Aliança e da sua incapacidade para tirar o pecado ou levar qualquer coisa à perfeição foi que Jesus veio estabelecer a Nova Aliança. "Por esta razão êle (Cristo) é o mediador da nova aliança" (Heb 9, 15).

Antiga aliança, sinais antigos

Como já assinalado, havia dois sinais da Antiga Aliança: a circuncisão (Gn 17, 11) e a observância do sábado (Êx 31, 13). Quando a Antiga Aliança foi revogada, assim também o foram os sinais dela. Tal como a circuncisão já não é de obrigação — "Se fôrdes circuncidados, então Cristo de nada vos servirá" (Gál 5, 2) — assim também observância do sábado cessa a obrigar. Conforme S. Paulo escreveu aos Colossenses, "ninguém vos julgue a propósito dos... sábados" (Col 2, 16).

Jesus Cristo, assim como inaugurou a Nova Aliança, assim também inaugurou os novos sinais. O rito de iniciação na Velha Aliança era a circuncisão; na Nova Aliança é o batismo (Mt 28, 18). S. Paulo explica que o batismo é um revestir-se de Cristo, e que êle serve como princípio de unificação (Gál 3, 27-29). Por êle nós nos tornamos membros do corpo de Cristo, a Igreja (Rm 6, 3-6).

Outra mudança

A terceira mudança foi no novo dia santo, ou Dia do Senhor. No Novo Testamento há provas do começo da substituição, pelo primeiro dia da semana (Domingo), do Sábado como dia a ser especialmente consagrado a Deus pela oração e pelo culto.

A indicação inicial de que o primeiro dia era observado e santificado de modo especial é achada nos Atos, 20, 7: "No primeiro dia da semana, quando os discípulos se reuniam para partir o pão, Paulo pregou-lhes". Aqui notamos os elementos do culto dominical como seguido na Igreja até o dia de hoje: 1) a fração do pão, que designa a celebração da ceia do Senhor (os católicos chamam a isso Missa); 2) o sermão.

A segunda indicação é achada em 1 Cor 16, 2: "No primeiro dia da semana cada um de vós reserve alguma coisa de seu, juntando como bem lhe parecer". Aqui S. Paulo se refere à coleta para os cristãos pobres da Palestina. Ele a pedira porque havia muita dificuldade e pobreza entre os judeus cristãos da Palestina. Como resultado da sua conversão, eles sofriam muitas privações, por haverem incorrido a má-vontade dos seus companheiros judeus.

S. Paulo pensou que o tempo mais oportuno para colher as ofertas dos fiéis era o primeiro dia da semana. E por quê? Uma única razão pode ser para isto consignada, e é que nesse dia, ca-

da semana, os fiéis se reuniam para as suas uniões religiosas ou para a celebração da ceia do Senhor ou, como é chamada hoje, a Missa.

Por que o primeiro dia?

Por que é que, nos Atos, S. Lucas diz que a assembléia em que S. Paulo celebrava a ceia do Senhor se reunia no primeiro dia da semana? S. Lucas não estava interessado no dia da semana por causa desse dia mesmo, nem estava preocupado apenas com dar uma data de calendário. A prova disto é que em parte alguma nos Atos ele especifica o dia da semana em que esta ou aquela momentosa jornada missionária começava, ou em que este ou aquele acontecimento significativo tinha lugar.

A única exceção que ele frequentemente menciona é que Paulo e os outros missionários iam à sinagoga no sábado. E por que esta exceção à prática regular dele? Porque esse era um meio certo de obter um auditório de boa extensão para escutar a sua mensagem, pois os judeus se reuniam regularmente nas suas sinagogas no sábado. Não era para celebrar qualquer cerimônia distintivamente cristã.

Os Atos indicam que a ceia do Senhor desde o começo foi celebrada numa ou noutra casa dos cristãos (At 2, 42-46). "Fração do pão" é um modo técnico de designar a ceia do Senhor!

Dia santo dos cristãos

Você pode ler os Evangelhos do começo ao fim, e também os

Atos dos Apóstolos, e não pode deixar de notar que os autores não fornecem datas precisas. Não especificam o dia da semana, o mês ou o ano em que tiveram lugar os acontecimentos enormemente significativos que eles descrevem.

Mas há uma notável exceção a isto. Eles especificam claramente quando Nosso Senhor operou curas no sábado, porque tal nota era requerida para explicar a discussão que se seguia com os Fariseus sobre a violação do sábado.

Os Evangelistas também fazem notar, não uma vez só, porém várias vezes, que Nosso Senhor ressuscitou dos mortos no primeiro dia da semana (domingo). A razão disto era para mostrar que ele cumpriu a sua promessa de ressuscitar ao terceiro dia.

Mas havia outra razão, e era para assinalar o primeiro dia da semana como especialmente sagrado. Era o dia do maior triunfo do Senhor, a sua ressurreição. Era também o dia do maior triunfo da humanidade, porque todos nós ressuscitaremos com ele no fim dos tempos.

Ainda há outra razão pela qual o primeiro dia da semana foi escolhido como o dia santo distintivo dos cristãos. O primeiro dia, ou Domingo, foi o dia em que a Igreja Cristã foi oficialmente inaugurada pela vinda do Espírito Santo, e pela abundante efusão das suas graças e frutos sobre os apóstolos. Tão grandes foram os resultados dessa efusão, que os apóstolos foram imediatamente transformados em gi-

gantes de coragem. Nenhum perigo, nenhuma ameaça podia intimidá-los ou impedi-los de desassombrada e forçosamente proclamarem de público as alegres novas da salvação, em qualquer oportunidade. Ao dia de Pentecostes freqüentemente se alude como sendo o dia natalício da Igreja. *E foi um domingo.*

Uma última razão para a escolha do primeiro dia da semana, domingo, em vez do último, sábado, foi distinguir os cristãos dos judeus, e o Cristianismo da religião de Moisés. O dia santo judeu era o sábado. Os cristãos, sob a direção dos intérpretes oficiais de Nosso Senhor, os apóstolos, escolheram o domingo como seu dia semanal de oração e culto.

As razões precedentes deitam uma luz brilhante sobre a razão pela qual S. Lucas, nos Atos 20, 7, especifica que era no primeiro dia da semana que tinha lugar a coleta em Éfeso e a razão pela qual S. Paulo sugeriu que a coleta fôsse efetuada em Corinto nesse dia (1 Cor 16, 2).

Temos, portanto, informação adequada de que o primeiro dia da semana, ou domingo, como mais tarde veio a ser chamado, era o dia santo para os primeiros cristãos, e que o era com aprovação dos apóstolos.

E' significativo e bem digno de nota que o Concílio de Jerusalém, referido nos Atos 15, tenha promulgado certas leis. Esse Concílio foi presidido por Pedro estando presentes os outros apóstolos. Nêle foi aprovada uma lei estabelecendo que os gentios con-

vertidos ao Cristianismo eram expressamente isentados da lei de Moisés, mas houve algumas exceções. "Porquanto temos ouvido que alguns que se afastaram de nós vos têm perturbado com palavras, lançando a confusão em vossas almas dizendo: Deveis ser circuncidados, e guardar a lei, aos quais não demos tal mandamento... pareceu bom ao Espírito Santo e a nós não vos impormos outros encargos senão estas coisas necessárias: que vos abstenhais de comidas oferecidas aos ídolos, e de sangue, e de coisas sufocadas, e de fornicação" (At 15, 24-29).

O dia santo cristão

Esse decreto isentava expressamente os gentios da lei de Moisés com algumas exceções. Mas a observância do sábado não figura entre essas exceções. Plenamente justificada é, portanto, em vista das indicações já dadas, a conclusão de que o primeiro dia da semana ou domingo já se tornara o dia santo dos cristãos, e que os apóstolos já haviam sancionado a prática de guardar o primeiro dia da semana como o dia do Senhor ou o dia santificado.

A Sabedoria Divina é suave em pôr em efeito os seus planos. "Ela atinge de uma extremidade à outra, e ordena tôdas as coisas suavemente". Deus tratou com consideração os sentimentos dos convertidos do judaísmo.

Os primeiros convertidos ao cristianismo, judeus profundamente apegados à lei de Moisés,

foram ternamente despeçados da sua velha religião. Não houve ruptura brusca, violenta, cruel com o passado. As folhas mortas do judaísmo caíram gradualmente, não foram rudemente arrancadas pelos homens. Primeiramente, a nova religião com as suas doutrinas novas, com os seus novos ritos, com a sua nova observância, foi estabelecida, enquanto a velha continuava a existir-lhe ao lado. Não era no judaísmo que a nova religião tinha as suas raízes? O cristianismo não era a plena eflorescência do judaísmo? O judaísmo merecia ser tratado com consideração; merecia ter um sepultamento decente.

O Dia do Senhor

Porém pouco a pouco, sob a guia dos apóstolos e do Espírito Santo, os cristãos vieram a se compenetrar de que as novas práticas e as novas observâncias continham e melhoravam tudo o que era bom na velha religião. Assim, à circuncisão sucedeu o novo rito do batismo. Aos sacrificios cruentos da lei antiga sucedeu o sacrifício do Calvário, a ser comemorado e rerepresentado no rito da Ceia do Senhor (a Missa dos católicos). E assim, pouco a pouco, o primeiro dia da semana, domingo, substituiu o sábado como o dia para culto e repouso geral.

No Apocalipse, S. João nos diz que as grandes visões contidas no seu livro começaram no "dia do Senhor". Que quer isto dizer? Há freqüentes referências ao Dia

do Senhor através das epístolas do Nôvo Testamento. Ele designa aquêlê grande dia em que, no fim dos tempos, o Senhor voltará em poder e majestade para triunfar finalmente de todos os seus inimigos, julgar todos, recompensar ou condenar conforme os merecimentos de cada um, e designar-lhes o seu lugar para sempre.

As visões de João

Mas possivelmente S. João não terá tido em mente êsse dia. Não lhe foi dado nessas visões o privilégio de mirar tôdas as coisas do ponto superior do fim do tempo. A sua visão era uma visão do futuro, uma previsão profética feita de um dado dia, o Dia do Senhor, para a consumação de tôdas as coisas no fim dos tempos. Ele não olha para o passado, mas sim para o futuro. A expressão "o Dia do Senhor", como usada nas epístolas, refere-se ao fim dos tempos. João deve, pois, ter tido em mente algum outro dia.

Outra razão pela qual João não poderia ter tido em mente o grande dia do Senhor no fim dos tempos é que êle usa uma expressão inteiramente diferente. O grande dia no fim é sempre chamado *He Hemera tou kuriou*. Traduzido palavra por palavra, isto significa o *dia do Senhor*. João usa a expressão *te kuriake hemera*. Ele claramente evitou a expressão regular por ter em mente alguma coisa diferente. A expressão foi traduzida em Latim como *Dies Dominica*, que na nossa lín-

gua quer justamente dizer *Dia do Senhor*, ou Dia de Domingo.

Há uma expressão similar na linguagem do século primeiro. Havia então um dia conhecido como *Dia do Imperador*. Era um dia para pagamento dos impostos e, portanto, de reconhecimento da própria lealdade para com o governante. Assim, o Dia do Senhor deve ser o dia que é especialmente dedicado ao Senhor, que êle marcou com o seu sinal e com o seu triunfo ímpar. Tal dia só pode ser o Domingo, o primeiro dia da semana, o dia em que Jesus triunfou da morte.

Esse adjetivo só é achado em outro lugar no Nôvo Testamento. S. Paulo usa-o em 1 Cor 11, 20, a respeito da ceia do Senhor. Isto sugere um paralelo interessante. Pondo *hemera kuriake* ao lado de *deipnon kuriakon* (o *Dia do Senhor* e a *Ceia do Senhor*), obtemos uma sugestão interessante: há um nexô entre o Dia do Senhor e a Ceia do Senhor (a Missa católica). Por outras palavras, o rito memorial que lembrava a morte de Jesus era celebrado regularmente no Dia do Senhor, o primeiro dia da semana, como o meio principal de santificá-lo. Ele relembra a morte do Senhor Jesus e o seu triunfo sôbre a morte.

No Apocalipse é apresentada a idéia do triunfo final de Jesus e da sua Igreja sôbre o mal. Mas não é esta a idéia dominante. E', antes, a idéia de Jesus lutando e sofrendo e triunfando com a sua Igreja. Na verdade, a idéia de Jesus como o Juiz final

dos vivos e dos mortos convém perfeitamente ao Dia do Senhor, no sentido do dia do seu triunfo final. Mas esta idéia já não convém tanto ao tom e teor do Apocalipse.

No Apocalipse, Jesus é pintado mais propriamente como o cavalgador do cavalo branco, que sai para difundir no mundo todo, por meio dos seus missionários, a sua mensagem de redenção e salvação. Na sua carreira vitoriosa pelo mundo inteiro através dos séculos, êle, na sua Igreja, topará com furiosa oposição, e haverá lutas atrozes, mas no fim Cristo e a sua Igreja sairão vencedores. "E vi o céu aberto, e eis um cavalo branco; e aquêle que nêle estava sentado era chamado Fiel e Verdadeiro, e em justiça êle julga e faz guerra. Seus olhos eram como uma chama de fogo, e na sua cabeça estavam muitas coroas; e êle tinha um nome escrito, o qual ninguém conhecia, mas só êle. E estava vestido com uma veste tincta de sangue e o seu nome é chamado O Verbo de Deus" (Apoc 19, 11-14).

A ressurreição

Nesse mesmo livro do Apocalipse (1, 17-18) Jesus é apresentado não tanto como o juiz que infunde terror entre os seus opositores, mas antes como o misericordioso irmão mais velho, que é a vida e a ressurreição. "Eu sou aquêle que vive e estava

morto; e eis que vivo para sempre, Amém; e tenho as chaves do inferno e da morte".

A menção da ressurreição vin-da somente alguns versículos depois da referência ao Dia do Senhor dá-nos a chave do significado. O Dia do Senhor é o dia da ressurreição do Senhor de entre os mortos, o primeiro dia da semana, Domingo.

Das discussões precedentes podem-se tirar seguramente as seguintes conclusões:

- 1) A Lei Antiga foi revogada por Cristo; perdeu a sua força obrigatória quando a Nova Lei, a Lei Cristã, foi estabelecida.
- 2) A Nova Lei e a Nova Aliança substituíram a Antiga.
- 3) Os sinais da Antiga Aliança eram principalmente a circuncisão e a observância do sábado.
- 4) A circuncisão não mais obriga. O sábado passou com ela incluído no afastamento da legislação pré-mosaica.
- 5) Todavia, o sábado ainda foi observado por uma geração ou mais, porque os ritos judeus não deviam ser abolidos bruscamente, e sim gradualmente.
- 6) Durante a vida dos apóstolos, o primeiro dia da semana (domingo) foi observado como dia santo. S. João lhe chama o Dia do Senhor.

O domingo é o dia do Senhor

O Nôvo Testamento torna claro que o primeiro dia da semana, ou domingo, era o Dia Santo para os cristãos primitivos. Por um tempo, quando a Igreja era formada predominantemente dos de origem judaica, o sábado também era observado, em respeito aos sentimentos dêles. Mas, depois da queda de Jerusalém no ano 70 da era cristã, a Igreja tornou-se cada vez menos judaica em comunidade e cada vez mais gentia.

Não é, pois, surpreendente que, pelo fim do século primeiro, por volta do ano 100 da era cristã, a observância do sábado nas comunidades cristãs houvesse quase inteiramente desaparecido. Não há registo de lei para êsse fim promulgada por Nosso Senhor ou pelos Apóstolos, sendo que, mui provavelmente, a lei permaneceu não-escrita. Não houve necessidade de legislação. A prática foi universalmente aceita sem o apoio de lei, e teve a aprovação dos apóstolos.

O nome dado a êsse nôvo dia santo foi Dia do Senhor. S. João, no Apocalipse (1, 10), chama êsse dia por êsse nome. Que o nôvo nome pegou e foi geralmen-



te usado, isto é claro pelo fato de ser êle achado no Evangelho apócrifo de Pedro (150 A. D.), na epístola de Inácio de Antioquia aos Magnésios (110 A. D.) e no Didachê (90 A. D.).

Em aditamento ao testemunho dêsses escritores, há muitas inscrições em pedras sepulcrais, ou placas tumulares, declarando que "fulano" morreu no *Dia do Senhor*. Estas aduzem testemunho convincente de que tal terminologia estava em uso entre o vulgo em época muito incipiente. O termo *Sábado* raramente é encontrado em fontes cristãs de informação. O testemunho de Inácio de Antioquia é especialmente significativo, visto êle falar de pessoas dadas a práticas obsoletas (isto é, passadas de moda, fora de estilo, não mais em uso), tais como observar o sábado, e contrastá-las com os leais seguidores de Jesus que, em vez disso, observam o Dia do Senhor, isto é, o dia em que o Senhor ressurgiu dos mortos.

Os dias da semana no Império Romano, quando o Cristianismo surgiu no mundo, eram dedicados a vários deuses planetários.

Essa prática parece ter tido início no Egito e na Grécia, no século terceiro antes de Cristo. Sob a influência dos Caldeus, que eram devotados astrólogos, a prática difundiu-se e foi introduzida no Império Romano. A dispersão dos judeus através do mundo pagão possivelmente terá estimulado os romanos a adotarem a semana planetária. Eles não adotariam o sistema judeu de designar os dias da semana, por causa do seu ódio aos Israelitas. Viram a desejabilidade de um modo distintamente pagão de denominar os dias da semana, e assim surgiram o *dies solis* (dia do sol); o *dies lunae* (dia da lua); o *dies Martis* (dia de Marte); o *dies Mercurii* (dia de Mercúrio); o *dies Jovis* (dia de Júpiter); o *dies Veneris* (dia de Vênus); e o *dies Saturni* (dia de Saturno). Essa forma de denominação ainda transparece em várias línguas modernas, como francês, italiano, espanhol, em que temos, respectivamente: lundi, lunedi, lunes; mardi, martedi, martes; mercredi, mercoledi, miércoles; jeudi, giovedi, jueves; vendredi, venerdi, viernes; sendo que a alusão a Saturno aparece no inglês Saturday, não aparecendo nessas línguas latinas.

Os cristãos aceitaram esses nomes

Por vários séculos os seguidores de Jesus de Nazaré foram uma pequena minoria no Império Romano. Não podiam esperar que o mundo pagão adotasse o seu sistema de nomes para os dias da semana. Praticamente, eles

não tinham escolha senão adaptar-se ao sistema vigente.

Um homem vindo da China para a América não poderia esperar que nós adotássemos o seu calendário com os seus nomes para os dias e meses. Fazendo negócios conosco, ele haveria de seguir o nosso calendário. O mesmo se deu com os primeiros cristãos, e assim sucedeu que os nomes correntes para dias e meses, os quais são de origem pagã, acharam seu caminho no vocabulário dos cristãos. Todavia, nos calendários oficiais da Igreja Cristã, o sistema antigo ainda é usado como foi tomado do judaísmo pelos cristãos. Houve algumas mudanças de menor importância. São elas: *Dies Dominica* (Domingo), FERIA II, III, IV, V, VI e *Sabbatum* (sábado), correspondendo às denominações pagãs acima citadas. E' puro contra-senso pretender que haja o mais leve vestígio do culto pagão do sol na adoção cristã do domingo (*dies solis*) como o Dia Santo.

Sol de Justiça

Era inevitável que alguns escritores tentassem traçar um paralelo entre o culto pagão do sol e Jesus Cristo. Sem dúvida, não há base nenhuma para isto. O sol no céu fornece luz física e proporciona muitos outros benefícios à terra e ao seu povo. Numa ordem diferente e incomparavelmente mais alta, Jesus Cristo fornece luz no reino do espírito. Ele se descreveu como "a luz do mundo" (Jo 8, 12; 9, 5). O apóstolo Pedro (2 Ped 1, 19) refe-

re-se a Nosso Senhor como à "es-trêla do dia".

Inteiramente natural era, pois, descrever Jesus, "a luz do mundo", como o sol de justiça. Mas, ao passo que os pagãos adoravam como deuses os luzeiros celestes, o luzeiro real, o eterno Filho de Deus que "ilumina todo homem que vem a este mundo" (Jo 1, 9), dá ao mundo benefícios incomparavelmente mais altos do que a luz física e o calor do sol material. Ele derrama luz a mais brilhante possível sobre estas importantes questões básicas: De onde vim? Qual é a minha última meta? Como posso estar certo de atingi-la? Assim, enquanto o Dia do Senhor, o primeiro dia da semana, é mui propriamente chamado pelos cristãos o Dia do Sol, do Sol de Justiça, da luz do mundo, êle não é pagão em sentido algum da palavra.

Legislação mui demorada

A prática dos seguidores de Jesus, os cristãos, era uniforme pelo fim do primeiro século cristão. *O domingo tornara-se o seu dia santo.* Mas não pode ser achada no Nôvo Testamento nenhuma lei fazendo-o tal. Contudo, o Nôvo Testamento mostra de modo inteiramente inequívoco que, durante a vida dos apóstolos, o primeiro dia da semana ou o *Domingo era observado como dia santo.*

Quando a prática é uniforme e se baseia no exemplo e na autoridade dos apóstolos, não há necessidade de lei. Houve apenas a lei não-escrita ou tradicional. Ela

sempre serve à finalidade da lei escrita, porque o mesmo fim é conseguido. O fim, neste caso, era a observância universal do Domingo como o dia santo do Senhor.

Mas, quando surgiram alguns a resistirem à prática universal e a discutirem a lei não-escrita, então as autoridades competentes intervieram para promulgar uma legislação remediante. Isto não se tornou necessário na Igreja até o Concílio de Elvira, reunido por volta do ano 300 da era cristã. Legislação ulterior foi promulgada no Concílio de Laodicéia por volta do ano 390 A. D., e as chamadas Constituições Apostólicas (escritas por volta de 390 A. D.) exigem a assistência à Ceia do Senhor (os católicos lhe chamam Missa), e a cessação do trabalho no domingo.

Nenhuma mudança necessária

Daquele tempo até êsse, a Igreja não tinha achado necessário promulgar quaisquer novas leis atinentes à observância do Domingo, de preferência ao Sábado, como o Dia do Senhor.

De tempo em tempo, no correr dos séculos, apareceram pequenos grupos que instavam pela observância, por parte dos cristãos, do sábado judaico. Estes, mui provavelmente, nos primeiros anos, eram os descendentes dos judaizantes do tempo de S. Paulo, que insistiam em afirmar que os cristãos ainda estavam obrigados pela lei de Moisés.

Havia, por exemplo, nos primeiros séculos, os Ebionitas. Este pequeno grupo observava escrupu-

losamente o Sábado Judaico e rejeitava as epístolas do Nôvo Testamento. Esta seita deixou pouca marca na história.

Por volta de 1.600 apareceu na Hungria um grupo de Socinianos ou Unitários. Este grupo negava a divindade de Cristo. Na Hungria êles insistiam pela observância do Sábado Judeu. Seguiram os seus princípios à sua conclusão lógica, e acabaram juntando-se aos judeus ortodoxos.

Conforme anteriormente mencionado, há os que se dizem cristãos e no entanto insistem em que a vontade do Senhor reclama definitivamente o Sábado como o dia santo. Êsses argumentam que a Igreja Católica é responsável pelo desprezo generalizado do quarto mandamento de Deus: "Lembra-te de santificar o dia de sábado".

Uma palavra sôbre a origem desse grupo pode lançar alguma luz sôbre esta questão. Teve êle o seu início em meados do século passado, quando um certo William Miller proclamou que tinha feito um estudo profundo das profecias bíblicas, e, à luz dos seus achados, confiantemente anunciou que o Senhor devia voltar numa data especificada durante o ano de 1844 e estabelecer o milênio. Ele reuniu um considerável sectarismo, e com excitação febril esperaram êles a gloriosa aproximação do Senhor, "sentado à destra do poder de Deus, e vindo nas nuvens do céu" (Mt 26, 64).

Tal não aconteceu

Nada aconteceu. Um sectário do Miller, de nome Snow, fêz outro cálculo: descobriu que Miller cometera um engano, e anunciou que a momentosa chegada do Senhor em superior majestade teria lugar no ano seguinte, 1845. Novamente o Senhor deixou de fazer o seu aparecimento, e nada aconteceu desde então para indicar que Miller ou Snow eram verdadeiros profetas. Contudo, os seus sequezes congregam novos membros ano por ano, e continuam insistindo em afirmar que o Sábado é o dia que o Senhor quer que seja santificado.

Naturalmente, êles insistirão em dizer que a sua autoridade não vem desses homens, os quais, por mais sinceros e piedosos que fôsem, parece não terem concordado muito bem com o Espírito Santo em matéria de profecia. A sua autoridade, dizem êles, é a palavra de Deus achada na Bíblia. Esta, na verdade, é uma autoridade legítima, mas terão êles compreendido corretamente a mensagem de Deus contida na Bíblia?

Poucos contra muitos

Por certo, a verdade não é necessariamente determinada pelo número de pessoas que aderem a uma proposição, nem pelo tempo que elas levaram aderindo a ela. Mas as questões: "Quem foi que aderiu a ela? Quanto tempo aderiu a ela, e por quê? são da maior importância e decisivas para determinar onde está a verdade.

Aqui não é sustentado que, por haver a vasta maioria dos cris-

tãos dos tempos apostólicos guardado o domingo ou primeiro dia da semana como o Dia do Senhor, eles estivessem certos. Mas, por outro lado, esses prolíficos milhões de cristãos no correr dos séculos constituíram, e constituem ainda hoje, aquilo a que a Bíblia chama a Igreja.

Este corpo religioso, consoante a Bíblia, é “a Igreja do Deus vivo, a coluna e fundamento da verdade” (1 Tim 3, 15). A Igreja é a congregação dos fiéis reunidos juntos em nome de Jesus Cristo. Eles crêem em Jesus Cristo. Estão convencidos de que ele é o eterno Filho de Deus Encarnado. Portanto, tomam cada palavra dEle como absolutamente verdadeira e final. Foram incorporados nesse corpo pelo Batismo. Todos eles são “filhos de Deus pela fé em Cristo Jesus” (Gál 3, 26). Com São Paulo eles crêem: “Todos vós que fostes batizados em Cristo vos revestistes de Cristo. Já não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há macho nem fêmea; pois todos vós sois um em Cristo” (Gál 3, 27-28).

Eles crêem sem hesitação na afirmação do Mestre: “Onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, aí estou eu no meio deles” (Mt 18, 20). E, se ele está no meio desses, como poderia ter permitido que milhões deles no mundo inteiro, por perto de dois mil anos, caíssem no terrível erro de rejeitarem a vontade divina no tocante ao dia santo, e, em vez disso, substituíssem-na por uma mera ordem humana

completamente em desacordo com o mandamento divino?

A promessa de Nosso Senhor

Se o Senhor houvesse permitido tal coisa, certamente não poderia ter estado no meio dos seus leais discípulos. Se houvesse permitido que tal coisa não somente acontecesse, mas também continuasse por milhares de anos, certamente não teria cumprido a sua promessa de que as portas do inferno não prevaleceriam contra a sua Igreja (Mt 16, 18). Teria sido infiel à sua promessa: “Eis que eu estou convosco todos os dias até à consumação dos séculos” (Mt 28, 20). Quando prometeu: “Quando vier o Espírito de Verdade, far-vos-á conhecer toda a verdade” (Jo 16, 13), teria feito uma promessa falsa.

Por crermos que Nosso Senhor tem cumprido as suas promessas, nós também cremos, com S. Paulo, que a Igreja é a coluna e o fundamento da verdade (1 Tim 3, 15).

A Igreja, legisladora de Cristo

Certa ocasião Cristo disse: “Se teu irmão pecar contra ti, vai e dize-lhe a sua falta entre ti e ele somente; se ele te ouvir, terás ganhado teu irmão. Mas, se ele não te ouvir, então toma contigo uns dois mais, para que por boca de duas ou três testemunhas cada palavra seja confirmada. E, se ele recusar ouvi-los, dize-o à Igreja; mas, se recusar ouvir a Igreja, seja ele para ti como pagão e publicano. Em verdade vos digo, tudo quanto ligardes na ter-

ra será ligado no céu, e tudo quanto desligardes na terra será desligado no céu" (Mt 18, 15-18).

Essas palavras tornam inteiramente claro que o fiel discípulo de Cristo é obrigado a ouvir a Igreja, sob pena de ser tachado de pagão ou de publicano. E' difícil dizer qual dessas classes era pior aos olhos daqueles a quem Nosso Senhor falava. O publicano era o "Quisling" (quinta-coluna) do seu tempo, um empregado do odiado e usurpador Império Romano, empregado que coletava os impostos para o opressor estrangeiro.

Quanto ao pagão, êste é descrito nestes termos por S. Paulo: "Tendo o entendimento entenebrecido, estando afastados da vida de Deus pela ignorância que nêles há por causa da cegueira do seu coração; os quais, desesperando, se deram à lascívia, a obrar toda imundície com avareza" (Ef 4, 18-19). Merecer ser pôsto em tais categorias é coisa bem aterradoradora.

Essas palavras também conferem à Igreja a autoridade de fazer leis. A força obrigatória dessas leis é a mesma que se elas fôsem feitas pelo próprio Deus, por serem ratificadas por Deus no céu. Não há outra explicação satisfatória para as palavras: "Tudo quanto ligardes na terra será ligado no céu".

A Igreja é o Corpo de Cristo

Há outra razão pela qual a Igreja, como nos diz S. Paulo, é a "coluna e fundamento da verdade". E' porque a Igreja é o

corpo de Cristo. Deus "pôs tôdas as coisas debaixo dos seus pés (de Cristo), e o pôs como cabeça sobre toda a Igreja, que é o seu corpo" (Ef 1, 22-23). A mesma idéia é repetida em Col 1, 18.

A cabeça dirige o corpo. Portanto, Cristo dirige a Igreja e fala ao mundo por intermédio da sua Igreja. A voz dela é a voz dêle soando no século vinte como tem soado em cada século desde o sermão de Pedro no primeiro Pentecostes até o presente dia. As leis da Igreja são as leis de Deus.

Portanto, se a Igreja é o que a Bíblia diz que ela é, não é uma loucura ir contra a Igreja? Pode-se objetar: "Mas quem é que sabe qual é hoje a verdadeira Igreja de Cristo?", questão mui legítima e muito importante. A resposta a essa questão é de suma importância, e pensamos que há para ela uma resposta mui convincente e satisfatória, a qual leva plenamente em conta a Bíblia toda, e não um ou outro texto dela isolado. Mas não é nosso intuito responder aqui a essa questão.

Uma só Igreja

A prática e as leis concernentes ao Dia do Senhor ou Domingo vieram, contudo, à existência no tempo em que *não havia senão uma só Igreja*. Para trás, nos tempos apostólicos, como já assinalado, a Igreja única sancionou a observância do Domingo, e indicou que a lei de Moisés fôra revogada, "pregada à cruz", na enfática frase de S. Paulo (Col 2, 14). E pouco depois, quando

ainda não tinha havido divisão na Igreja, foram promulgadas leis proclamando a obrigação de santificar o Domingo em vez do Sábado.

Por séculos a Igreja tôda, a "coluna e fundamento da verdade", observou o Domingo como o Dia do Senhor, o Dia Santo. Muitos séculos mais tarde, quando houve cisão e vários grupos se separaram da Igreja, os ramos cortados do venerável tronco paterno levaram consigo a observância do Domingo como o Dia do Senhor.

Esta deve ser a vontade de Deus, do contrário tudo o que o divino Fundador disse sobre a autoridade da Igreja para fazer leis é uma burla e uma decepção. Ou então tudo o que S. Paulo, inspirado por Deus, disse sobre a Igreja deve ser falso.

Certamente Jesus Cristo não fundou a sua Igreja contra o próprio Deus, dando a ela poder para mudar os mandamentos de Deus Onipotente eternamente duradouros! Não lemos que a lei de Moisés devia ser a lei e aliança eterna? Há uma reiterada referência a estatutos que devem durar *para sempre*, como em Ex 12, 14, 17; Êx 28, 43, e muitas outras passagens. Ao Pacto do Sinai se alude, em 1 Par 16, 17, como eterno, ou durando para sempre. Muitas passagens semelhantes poderiam ser citadas. Veja, por exemplo, o Sl 105, 10.

No Antigo Testamento êsses termos às vêzes significam apenas um tempo muito longo, muitas gerações, muitos séculos, mas

não eternamente. Que êles devam ser tomados neste sentido, isto é tornado inteiramente claro pelo ensino inequívoco do Nôvo Testamento, de que êsse Pacto "eterno" foi anulado.

Outra explicação que também é inteiramente satisfatória é que, na medida em que um poder terreno intervém, as leis que Deus dá devem durar e persistir inalteradas. Mas isto não exclui a intervenção de Deus para as alterar. Certamente o Todo-Poderoso é livre de alterar leis que não são reclamadas pela própria natureza das coisas.

Quando lemos no Ex (31, 16): "Os filhos de Israel guardarão o sábado, observarão o sábado em tôdas as suas gerações, por um pacto perpétuo", imediatamente notamos que essa lei é tornada obrigatória para os filhos de Israel. Em seguida notamos que a observância do Sábado era um sinal dessa aliança, e portanto devia permanecer enquanto a aliança durasse. Quando o pacto é anulado, o sinal passa com êle. Mas sabemos — e o Nôvo Testamento torna isto claro como cristal — que Deus revogou o Pacto antigo, e por êste próprio fato o sinal do pacto, que é a observância do sábado juntamente com a circuncisão, cessa de ter qualquer força obrigatória. S. Paulo assevera que a lei e o pacto do Sinai findaram no Calvário. A lei foi riscada, pregada à cruz (Col 2, 14), e êle também nos assevera que ninguém deve julgarnos, a nós cristãos, "a propósito dos... sábados" (Col 2, 16).

A HISTÓRIA INTERNA DO CULTO CATÓLICO

A Igreja Católica desde os primeiros tempos sempre insistiu sobre duas coisas a respeito do Domingo: 1) assistência à Missa ou Ceia do Senhor; 2) abstenção de trabalho servil. Estas duas exigências constituem apenas o mínimo; não são o ideal.

A Igreja Católica sempre fez distinção entre o mínimo absoluto para conservar a amizade de Deus e assegurar a salvação, e o ideal de amizade e de amor de Deus mais perfeitos. Este alto ideal no qual a Igreja, com a sua experiência secular, sempre tem insistido, está além do alcance da média dos indivíduos, e por isto a Igreja não o impõe.

O próprio Nosso Senhor fez a mesma distinção. Quando o moço rico lhe perguntou o que devia fazer para alcançar a vida eterna, o Mestre lhe disse que ele devia observar os Mandamentos. Depois Jesus prosseguiu dizendo ao ardoroso moço que, se ele queria ser perfeito, devia vender todos os seus bens, dar o produto aos pobres e seguir seu Senhor.

O modo ideal de observar o Domingo seria dedicar prática-



mente o dia inteiro a exercícios religiosos e piedosos. Haveria um período de oração privada ou meditação pela manhã, e depois assistência à Missa solene; à tarde Vésperas, e mais tarde, à noite, Completas ou o canto vespertino da liturgia.

Mas a Igreja nunca insistiu sobre isto como absolutamente requerido para que seus membros cumprissem as exigências básicas da lei. Será bastante o indivíduo reconhecer a sua dependência de Deus no ato oficial de culto conhecido como a Missa. Muita gente não é suficientemente espiritual para despendar longas horas em oração e culto. Sendo mãe bondosa e indulgente, a Igreja leva em con-

Tendo estudado a explicação precedente, o leitor deveria repetir outra vez a oração que foi convidado a dizer no início: "Oh derrama a tua luz e a tua verdade, guiem-me elas; levem-me a teu monte santo e aos teus tabernáculos" (Sl 42, 3). Portanto, deixemos tudo nas mãos de Deus, nosso Pai do céu. Ele conduzirá à verdade aquele que sinceramente a busca.

sideração a fraqueza da natureza humana, e não exige sobre isso mais do que aquilo que se pode esperar possa essa fragilidade razoável e proveitosamente suportar.

Há o que é conhecido como a Missa *Rezada*, a Missa *Cantada* e a Missa *Solene*. A diferença entre estas é meramente externa, consistindo em cerimônias mais ou menos desenvolvidas, e no canto de certas partes pelo sacerdote oficiante e por um côro, ou, numa Missa solene, pelo canto do sacerdote e dos ministros assistentes, mais o côro. A diferença é meramente matéria de cerimônia externa.

Essencialmente, no ensino e na crença católica, a Missa é a renovação da última Ceia. Essa renovação, acreditam os católicos, foi expressamente mandada pelo Senhor quando disse: "Fazei isto em memória de mim" (Lc 22, 19).

A Missa católica

Os católicos também creem que a Missa, ou a Ceia do Senhor, é a representação do sacrifício de Jesus no Calvário. Esta crença baseia-se nas palavras do Senhor: "Isto é meu corpo que é dado por vós... Este cálice é o novo testamento (pacto) em meu sangue, que em favor de vós é derramado" (Lc 22, 19-20). S. Mateus também cita o Senhor na Última Ceia com êsse intento: "Este é o meu sangue do novo testamento (pacto), que em favor de muitos será derramado para a remissão dos pecados" (Mt

26, 28). A linguagem refere-se inequivocamente a sacrifício.

Tomando as palavras do Senhor no sentido literal e evidente, nós católicos cremos que, pelo poder de Deus, o Senhor Jesus torna-se presente sob a aparência exterior de pão e de vinho, de um modo real e substancial, porém sacramental. A êste milagre nós chamamos transsubstanciação. Ele tem lugar toda vez que um sacerdote da Igreja devidamente ordenado pronuncia as palavras que o Senhor ensinou e mandou pronunciar na última Ceia, quando disse: "Fazei isto em memória de mim".

"Todas as vezes que comerdes êste pão e beberdes êste cálice, anunciareis a morte do Senhor, até que êle venha" (1 Cor 11 26). Assim, a última Ceia, ou a Missa como lhe chamam os católicos, é um memorial, uma lembrança, uma representação viva do sacrifício do Calvário.

Porém ela é mais do que um memorial. Um memorial é, usualmente, uma pintura sem vida, uma estátua, ou alguma lembrança semelhante, de um amigo caro ou de um acontecimento histórico importante. Mas, na Ceia do Senhor, não há apenas lembrança sem vida ou estátua. Se tomarmos as palavras dêle pelo seu valor nominal, há ali verdadeiramente presente a realidade viva, o corpo e o sangue, a alma e a divindade do Salvador. "Isto E' meu corpo". "Isto E' o cálice do novo testamento (pacto) em meu sangue".

Desde que o Senhor, sacramentalmente presente, é oferecido a Deus Pai, a Missa é a representação e renovação do sacrifício do Calvário.

O suficiente sacrifício de Cristo

O autor da epístola aos Hebreus insiste em dizer que "nós somos santificados por meio da oblação do corpo de Jesus Cristo *uma vez por todas*" (Heb 10, 10), e que "Por uma só oblação *êle aperfeiçoou para sempre os que foram santificados*" (Heb 10, 14).

Ninguém pense que nós católicos, por oferecermos a Missa ou a Ceia do Senhor, pensamos sequer por um instante que o sacrifício do Calvário tenha sido falho. Pelo contrário, estamos plenamente convencidos de que *êle é mais do que adequado para satisfazer não só pelos pecados dêste mundo inteiro cometidos desde a rebelião de Adão no Paraíso até o último pecado cometido antes do juízo final; cremos que êle é inesgotável, e de um valor satisfatório e propiciatório tal, que é suficiente para expiar e satisfazer pelos pecados de um milhão de mundos, se êstes existissem e precisassem de Redenção.*

Para que a Missa?

Jesus Cristo, vítima pelos nossos pecados, está "sempre vivo para interceder por aquêles que vêm a Deus por *êle*" (Heb 7, 25). Porém *êle faz essa intercessão perante o Eterno Pai, "que é só quem tem a imortalidade e habita na luz inacessível; a quem*

nenhum homem viu nem pode ver" (1 Tim 6, 16). Jesus na glória celeste está retirado longe da nossa visão.

O Senhor sabia como seria difícil para nós criaturas, que somos tão dependentes daquilo que podemos ver com os nossos olhos corporais, têmos sempre em mente o sacrifício do Calvário ocorrido no passado distante. O Senhor sabe como é fácil nos esquecermos dêle que habita na luz inacessível e ali intercede por nós perpétua mas invisivelmente.

Por esta razão deixou-nos uma lembrança perpétua do seu sacrifício. E é a Missa ou a Ceia do Senhor. Assim, sempre que os católicos assistem à Missa, compenetraram-se de maneira mui viva do sacrifício do Calvário; a sua fé é aprofundada; *êles são atraídos mais para perto do seu Salvador. Não há cristãos que tenham mais viva compreensão do Calvário do que os católicos, porque, cada vez que assistem à Missa, são mais forçosamente lembrados dêle.*

Portanto, não por causa de qualquer inadequação do Sacrifício do Calvário, mas sim por causa da nossa própria inadequação, por causa da nossa tendência para esquecer, para permitir desaparecer da nossa memória aquilo que está fora da vista, foi que Nosso Senhor nos deixou a Missa.

A Missa não é um novo sacrifício diferente do do Calvário. É o mesmo e idêntico sacrifício. A vítima é a mesma, Nosso Senhor Jesus Cristo; o sacerdote que o

oferece é o mesmo, Nosso Senhor Jesus Cristo. Ele é a renovação da obrigação feita no Calvário; é a perpetuação através do tempo, é a visibilização daquilo que teve lugar há tanto tempo, embora ele permaneça nos seus efeitos, porque a Vítima então oferecida vive eternamente para interceder por nós.

Os felizes resultados da Missa

O primeiro resultado é que, quando os católicos assistem à Missa, têm uma compreensão muito penetrante da proximidade e realidade de Deus e de Nosso Senhor Jesus Cristo. Isto explica por que os católicos acodem em grande número às suas igrejas não somente no domingo, mas freqüentemente também em dias de semana, especialmente na época da Quaresma. Eles crêem firmemente que a Missa os põe face a face com o seu Deus e com o seu amável Salvador. Crêem que, na Missa, eles estão na presença do maior, do mais poderoso, do mais amável, do mais simpático, do mais generoso, do mais compreensivo dos homens, o qual é tudo isto por ser mais do que homem, por ser ao mesmo tempo Deus. Enquanto é o Deus todo-poderoso, ele é também o irmão mais velho deles, cujo Sagrado Coração transborda de simpatia e de amor a eles.

A assistência à Missa é, portanto, um deleite e uma alegria para os católicos. É o coração e o centro e o cerne da sua vida devota. Eles acham força, coragem e alegria na proximidade do

seu amável e onipotente Salvador. A sua fé é aprofundada e fortalecida. Eles têm uma renovada apreciação da virtude salvadora da cruz, e uma confiança mais forte em que, pelos méritos infinitos do seu Salvador, serão habilitados a salvar suas almas e a chegar ao seu eterno destino.

Estude-lhes as faces

Faça um estudo cada domingo. Tome posição à entrada de qualquer igreja católica por ocasião das missas. E verá milhares de pessoas, homens, mulheres e crianças, que vêm assistir a elas.

Observe-as bem, e achará serenidade, alegria e profunda paz refletida nas suas faces, ao de lá saírem. Elas vêm justamente com uma visita ao Senhor que prometeu: "Vinde a mim todos o que laborais e estais onerados, e eu vos aliviarei" (Mt 11, 28). Milhões de católicos podem atestar quão plenamente o Senhor tem cumprido a sua promessa para com eles. Experimentam a verdade dessa promessa tôdas as vezes que assistem à Missa ou visitam uma igreja. São felizes por terem achado repouso para suas almas em doce colóquio com o seu meigo e amável Mestre.

A Missa dominical faz os que a ela assistem lembrados do insondável amor de Deus a nós. Ele "amou tanto o mundo que deu seu Filho unigênito, para que todo aquele que nêle crer não pereça, mas tenha a vida eterna" (Jo 3, 16). Pela mesma cerimônia somos lembrados de que "aqui não temos cidade perma-

nente, mas procuramos a futura" (Heb 13, 14), e assim somos levados a seguir o incitamento do Mestre: "Não queirais tesouros para vós na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem, e onde os ladrões os desenterram e roubam; mas ajuntai tesouros no céu, onde nem a ferrugem nem a traça os consomem, e onde os ladrões não os desenterram nem roubam" (Mt 6, 19-20).

Destarte, os que santificam o Dia do Senhor assistindo à Missa são afastados da ganância e do apêgo da riqueza material; são poderosamente ajudados a tornar-se altruístas e generosos, e são levados a procurarem as coisas do alto.

Leituras e sermões

A Missa é o característico essencial do culto católico dominical, mas há outros auxílios destinados a santificar o Dia do Senhor. Há leituras da Bíblia. Estas são sempre elevadoras e instrutivas na mais alta espécie de sabedoria. E há o sermão ou instrução. Nestes o conhecimento da mensagem de Deus é aumentado, e a compreensão dela é ampliada. A aplicação prática do ensino de Deus é apontada, e assim as pessoas são ajudadas e exortadas a levar vida cristã ainda melhor.

A Sagrada Comunhão

A feição mais preciosa da Missa é a oportunidade que ela oferece aos que a ela assistem de participarem mais intimamente da vida divina pela recepção do

Senhor na Sagrada Comunhão. Não há alegria igual à que advém de receber assim dentro do próprio coração o amável Salvador, e a segurança de que êle abençoa o comungante e fica com êle para ajudá-lo, fortalecê-lo, iluminá-lo, encorajá-lo e consolá-lo em tôdas as provações, dificuldades, temores, responsabilidades, desapontamentos e deveres difíceis da vida.

A Sagrada Comunhão, depois que a alma foi purificada por uma sincera confissão do pecado e pela absolvição sacramental, é uma fonte de alegria e de consolação celestiais tal como não pode ser obtida por nenhum outro meio na terra. Ela proporciona uma alegria que o mundo não pode dar nem tirar. E' a alegria de têmos conosco Deus, nosso Pai celeste. Essa alegria excede todo entendimento.

Milhões de católicos recebem a Sagrada Comunhão todos os domingos, mesmo se a Igreja não impõe aos seus membros obrigação grave de o fazerem. A lei exige a Comunhão apenas uma vez cada ano, durante a Páscoa da Ressurreição.

Assim é que o católico santifica o Dia do Senhor. Pode haver outros exercícios de natureza religiosa, praticados em casa ou na igreja, mas são de muito menos importância do que a Missa. E só à Missa é que a Igreja faz questão de que a assistamos todos os domingos e festas de guarda durante o ano. Deixar de fazer isto sem uma desculpa séria.

é considerado ofensa grave a Deus.

Deveria ser fácil compreender por que a Igreja insiste tão severamente sobre a assistência dominical à Missa. A Missa é uma cerimônia tremendamente sagrada. Não pode haver melhor meio de render homenagem a Deus do que por meio do seu próprio divino Filho.

Custa apenas uma hora ou menos assistir à Missa. Quem não pode poupar meia hora de um por cento do tempo da semana para reconhecer o seu Criador e todos os benefícios divinos certamente deve ter mui pêca apreciação de Deus e uma fé muito fraca. Uma hora nas 168 que formam a semana é, realmente, bem pouco para oferecer a Deus.

Por ser a Missa ou a Ceia do Senhor o meio indicado pelo próprio Cristo para guardarmos sempre fresca na nossa mente a memória dEle, o desprezo dela leva pouco a pouco ao esquecimento das verdades mais importantes. O vínculo que une o homem a Deus é cortado, e não haverá lembrança das invisíveis verdades da fé. As mais belas coisas da vida que a mensagem divina nos ensinou passarão a segundo plano, e mui rapidamente serão alijadas das nossas mentes pelas fascinantes atrações que o mundo tem a oferecer. O resultado final será o triunfo do egoísmo e o domínio da luxúria, será anarquia na mente e corrupção no coração.

Por esta razão a Igreja sempre instou, sob pena de culpa grave, por que os fiéis ouçam Missa ao menos uma vez por se-

mana, no Dia do Senhor, e em várias das maiores festas do ano.

Evidentemente esta lei importantíssima comporta exceções. Doença, impossibilidade e inconveniente sério escusam da observância da lei. Nesta matéria a Igreja mostra a mesma indulgência que Nosso Senhor mostrou a respeito da observância do Sábado entre os Judeus. No tocante a isto a Igreja é razoável, nunca deixando de levar em conta o bem do homem e a importância relativa das leis quando estas se chocam umas com as outras. A mais alta das leis é aquela que impõe o amor de Deus e o amor dos seres humanos nosso semelhantes. Quando, pois, a assistência à Missa dominical expusse o nosso próximo ou nos mesmos a perigo, a lei deixaria de obrigar.

Lei que nem sempre obriga

Por exemplo, em tempo de epidemia, quando há perigo de propagação da doença em grandes multidões, a lei é suspensa. Quando uma mãe não pode assistir à Missa sem deixar os filhinhos desatendidos em casa, a lei não obriga. Ou, quando um membro da família está gravemente doente e não pode ser deixado sozinho sem perigo sério, a assistente ou enfermeira está livre da obrigação de ir à Missa no domingo. Destarte, ao passo que a lei é uma lei estrita, sempre é relaxada ou suspensa quando, ditado pelo senso comum, um dever mais alto ou o bem comum

colide com a sua observância. A Igreja é sempre prudente e razoável.

Trabalho servil proibido

A segunda lei promulgada pela Igreja sôbre a observância do Domingo proíbe o trabalho servil nesse dia. Originariamente, o trabalho servil era o trabalho executado pelos escravos. Ele inclui tôdas as espécies de trabalho manual, exceto o trabalho artístico e o trabalho assalariado. O trabalho proibido deve incidir na categoria de trabalho desnecessário. O trabalho que é necessário ou extremamente útil para o bem comum, e cuja interrupção ou suspensão causaria considerável transtôrno ao público, não incide nos limites da proibição. Também são proibidas transações de negócio, contratos, julgamentos em tribunais e empreendimentos comerciais geralmente, exceto no caso em que o bem comum os requiera.

Assim, por exemplo, lavar os campos, ceifar messes e outras atividades agrícolas são, em geral, classificadas como obra servil. O trabalho de artífices, tal como o de construção ou manufatura, de mecânicos, de costureiras, alfaiates, operários de fábrica de uma espécie ou de outra — todos êstes são regularmente proibidos no domingo.

Todavia, se houver uma necessidade séria para essa espécie de trabalho, ou se alguém estiver ameaçado de uma grave perda financeira — por exemplo, um fazendeiro que pode perder uma

safrá, ou parte substancial dela, se não a colher tão prontamente quanto possível — em tais casos é suspensa a lei que proíbe o trabalho no Domingo. Semelhantemente, todo trabalho que é requerido para o normal funcionamento da cidade, para o bem-estar e segurança do povo, tal como o implicado nos serviços públicos, transportes, comunicações telefônicas e telegráficas, combate ao fogo, aquecimento, cozinha e coisas que tais — todos êstes são considerados como permissíveis no domingo de acôrdo com o ensino da Igreja Católica.

Permitida a recreação

O ato essencial de culto para o católico no domingo é a assistência à Missa ou Ceia do Senhor. Desde que êsse dever sagrado tenha sido cumprido, os católicos são livres de entregar-se a divertimentos inocentes de qualquer espécie. Podem caçar ou pescar, podem empenhar-se em jogos tais como ténis, futebol e outros, ou assistir a outros jogos. Podem fazer excursões de automóvel, piqueniques, visitas sociais, etc. Podem ir ao teatro ou ao cinema, contanto que a peça ou o filme seja moralmente bom. Numa palavra, podem entregar-se a qualquer forma de divertimento que não seja pecaminoso nem conduza ao pecado.

O Domingo não é *exclusivamente* um dia para culto e exercícios religiosos. E' também um dia de descanso e de distração. No modo de ver católico, recreação e di-

vertimento, se usados moderadamente com justo motivo, são atos de virtude. Restauram as energias gastas, refrescam a mente cansada, e assim renovam as forças spendidas, de modo que possamos retomar os labôres da mente, do corpo e do coração com revitalizado vigor.

Em muitos casos, no sábado à tarde os membros da família vão à igreja para fazerem um exame da sua fidelidade e confessarem humildemente seus pecados ao representante de Deus. Renovam as suas boas resoluções e fortalecem a sua determinação de servirem fielmente ao seu Criador, e voltam para casa em paz com Deus e com o próximo. No

domingo assistem à Missa, ouvem a palavra de Deus, e refrescam suas almas com o pão dos fortes na Sagrada Comunhão.

Após cerca de uma hora assim dedicada ao culto de Deus e à sua própria saúde espiritual, eles voltam para casa para fruírem um dia de repouso e de recreação com os membros de sua família. Não infreqüentemente vêm hóspedes para uma visita e um jogo de cartas, ou a família faz um passeio de automóvel, assiste a um filme, ou visita vizinhos, amigos ou parentes. À noitinha podem eles se quiserem voltar à igreja para devoções vespertinas, ou então reunir-se em oração familiar em casa.

Muito bem... E que dizer sôbre um dia para o Senhor?

Nós não poderíamos nem começar a pagar a nossa dívida para com Deus se dedicássemos tôdas as nossas horas de vigília, tôdas as nossas vidas, cantando os seus louvores, servindo a sua vontade, honrando o seu nome. Cada um — mesmo os que não são filiados à Igreja — deveriam sentir instintivamente esta obrigação.

Contudo, quanta gente — talvez você mesmo — é demasiado indiferente, demasiado ocupada ou demasiado indolente para dedicar sequer um só dia na semana em homenagem ao seu Criador e ao seu divino Filho!

E quantos outros estão em confusão e em incerteza quanto ao modo como podem convenientemente santificar o Dia do Senhor — incertos sôbre o modo como devem prestar culto, inseguros sôbre os prazeres que podem gozar e o trabalho que podem fazer!

Para os católicos, a Igreja claramente ensina hoje... como sempre ensinou desde os dias dos apóstolos... os deveres e responsabilidades para a conveniente observância do Dia do Senhor. Se você leu cuidadosamente as



páginas precedentes, será evidente para você que as práticas católicas com respeito ao Dia do Senhor não são invenções modernas da Igreja, como alguns sugerem, mas, em vez disso, têm a sua origem nos ensinamentos e no exemplo do próprio Salvador. Isto é verdade a respeito do Santo Sacri-

fício da Missa. E' verdade a respeito da mudança do Sábado do Antigo Testamento para o Dia do Senhor na Nova Lei. E' igualmente verdade a respeito dos deveres religiosos que obrigam os católicos sob pena de pecado no Dia do Senhor ou em qualquer outro dia

Aos olhos católicos, uma corrida partida de "golf" na manhã do domingo não é necessariamente uma prova de pecaminosidade humana. Só o é quando as partidas de "golf", os cinemas, o futebol e outros lugares estão apinhados no Domingo... e os bancos da igreja estão vazios... porque o Dia do Senhor é ignorado.

Todo aquêle que se diz cristão deveria sentir tanto o dever como o desejo de observar o Dia do Senhor. Não deveria haver necessidade de avisos nesse sentido. Porque

cada um deveria saber que sôbre todos pesa a obrigação de santificar êsse dia na sua mente e no seu coração e na sua conduta.

O Dia do Senhor, lembre-se, é um Dia Santo destinado ao culto de Deus... e não apenas um dia feriado para você.

SUMARIO

O domingo... é um dia santo — ou apenas um feriado?	1
Como foi que começou a observância do sábado?	3
Cristo observou o sábado?	11
O domingo é o dia do Senhor	23
A história interna do culto católico	30
Muito bem... E que dizer sôbre um dia para o Senhor?	38

“Lembra-te do Sábado . . . Santifica-o!”

Conteúdo:

- O domingo . . . é um dia santo ou apenas um feriado?
- Como foi que começou a observância do Sábado?
- Cristo observou o Sábado?
- O domingo é o dia do Senhor.
- A história interna do culto católico.
- Muito bem . . . E que dizer sobre um dia para o Senhor?

Este caderno foi preparado pelos Cavaleiros de Colombo e traduzido para o português com a devida autorização.

Cum approbatione ecclesiastica